

SEBASTIÃO UCHOA LEITE

Participação Cultural — Algumas posições críticas

REALIZOU-SE EM SETEMBRO no Recife o *I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular*. Quando êste artigo estiver sendo lido estaremos já bastante distanciados do Encontro e muita coisa estará esquecida pelos que dêle participaram. Contudo não temos a intenção de dar aqui um resumo do que transcorreu na semana do Encontro, mas apenas tomá-lo como ponto de referência básico para o desenvolvimento de algumas posições críticas que assumimos e muitos assumem de maneira semelhante. Êsse muitos acima grafado se refere particularmente, embora não exclusivamente, ao grupo de pessoas, do Recife e de outras regiões do país, com que trabalhamos na Subcomissão de Praças de Cultura da *Comissão B* ("Meios e técnicas de comunicação de trabalho de cultura popular"). Posições críticas que se relacionam ao conceito do que se chama cultura popular.

Talvez o leitor estranhe a expressão "de que se chama cultura popular". Não se pretende levantar aqui dúvidas sobre a legitimidade do termo "cultura popular", apesar de que já tenha especulado a propósito: se o termo não implicaria numa restrição da cultura, numa adjetivação da mesma. Sem querer

estabelecer polêmica, somos obviamente contra as adjetivações sem conteúdo. Mas temos de reconhecer as situações de fato, quando estas são mais do que evidentes. Uma situação facilmente reconhecível como evidente é a de todos que vivem em nosso tipo de sociedade, sob um determinado regime político-econômico, participam culturalmente em uma escala de graus muito diversos.

Torna-se também evidente que há uma camada popular cuja participação cultural não se dá no mesmo grau da participação cultural da camada que se compõe das chamadas elites sociais. Estas reservam para si a parte de leão na vida cultural da sociedade, pelo menos neste tipo de sociedade em que vivemos. Tudo isso se explica pelo fato de que essas camadas populares (se temos de povo uma noção econômica, incluindo as áreas sub-médias, proletarizada e sub-proletarizada das populações) não têm normalmente o acesso às vias de conhecimento que o levariam a uma participação mais efetiva. Êsse acesso é reservado às outras áreas da sociedade, às áreas de elite, que por isso produzem a cultura em grau mais complexo. Note-se que estabelecemos a ressalva em relação às camadas populares.

Dissemos que normalmente elas não têm o acesso. É claro que não se incluem nêsse processo normal tôdas as situações de exceção, inclusive as realizações de indivíduos geniais, como foram no Brasil, por exemplo, Antônio Francisco Lisboa e Machado de Assis.

Portanto, embora encaremos teòricamente a cultura como uma realidade unitária, distinguimos na praxis social uma bipartição cultural e participação em graus diferentes, em uma escala progressiva no sentido de complexidade. Constatase então que há, sem que se acompanhe reacionariamente da aprovação de que deve haver, dois polos de cultura: a um se chama de cultura popular e a outra de cultura de elites. Essa distinção seria odiosa se a tomássemos no sentido de que a capacidade intelectual pura das camadas populares é menor do que a capacidade intelectual pura das camadas de elite. Certamente que o conceito de capacidade intelectual pura já é de si mesmo bastante problemático de ser estabelecido, pelo simples fato de que ainda não se conseguiu até hoje nenhum método de verificação rigorosamente válido. Até que ponto se pode medir exclusivamente o fator G individual, a inteligência dos indivíduos como uma estrutura isolada de todo condicionamento social? Acharmos muito precário arriscar uma resposta, pois não podemos encontrar na prática social o fator intelecto se exercendo puramente, desligado de todo um complexo de fatores. A distinção de dois polos culturais só pode ser feita portanto dentro de uma perspectiva de possibilidades econômicas por parte das diversas camadas sociais de atingirem o acesso às vias de

conhecimento. Ficamos assim no plano de uma constatação realista daquela distinção, sem aprová-la, e sem uma visão idealista do problema, as duas posições que ao nosso ver seriam verdadeiramente reacionárias, no sentido de querer a manutenção do *status* ou de querer o seu disfarce (ou sua idealização).

Esse é o núcleo da questão: os conceitos diversos que podem haver de cultura popular. Se houve uma deficiência grave no *I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*, foi a não colocação efetiva dêsse problema. Assim ficamos ao sabor do puro arbítrio das conceituações, ou melhor, das noções diversas de cultura popular que informam o pensamento e a atividade, a teoria e a praxis dos diversos grupos e movimentos que participaram daquele Encontro. Daremos uma idéia disso logo adiante.

Por enquanto nos prendemos ao conceito de cultura popular. Será que se deve encará-la como cultura deficiente? Só se for no sentido de conhecimento puramente conceitual: neste sentido, a parte da cultura que compreende o diverso saber científico, por exemplo, pode-se dizer que é inacessível às camadas populares. Repetimos a constatação: é, e não *deve ser*. cremos aliás, sem nenhum ranço pessimista, mas só de puro realismo, que a humanidade ainda se encontra muito aquém do tipo ideal de civilização em que a instrumentalização científica estivesse realmente ao alcance de todos. Talvez se dê isso em alguma futura sociedade em que não hajam de fato (e não só em teoria ou em legislação) distinção de classe e preconceitos sociais. Quando

se dará êsse evento, deixamos a cargo dos profetas.

Voltando ao que dizíamos: há outra perspectiva de se encarar a cultura popular (ou a participação cultural das camadas populares) pela qual ela não pode ser encarada como "cultura deficiente". Referimo-nos ao plano da pura criatividade. Neste sentido um poeta popular, seja de desafio improvisados, como Dimas e Otacílio Batista, por exemplo, seja de romances de folheto, como Leandro Gomes de Barros por exemplo, é tão nobre criador quanto poetas eruditos como Carlos Drummond de Andrade ou João Cabral de Melo. A diferença é a erudição e o conhecimento que Drummond ou Cabral supõem, mas a poesia de viola ou do cordel lhes é igual como criatividade pura. Aliás a ignorância que se atribui aos poetas populares é coisa muito relativa: o universo vocabular em que se movem às vezes nos revela surpresa. Já vimos em romances vocábulos drummondianos como "revel" ou cabralianos como "concavidade", adequadamente usados. Vamos ainda adiante: as gravuras populares são tão válidas artisticamente quanto as mais requintadas formas de arte plástica; o artesanato popular tão belo e valioso (e frequentemente superior) quanto as melhores produções da arte industrial; a cerâmica popular idem, principalmente quando pensamos no desnorteamento da escultura contemporânea; músicos populares como Noel Rosa, Ismael Silva ou Ataulfo Alves têm a mesma alta categoria criadora de um Villa Lobos; muito da música folclórica pode ser tão importante quanto a música de concertos e a música de câmara; o teatro de mamulengos suscita

tanto interêsse estético quanto o grande teatro (como prova aliás o excelente ensaio que lhe dedicou recentemente Hermilo Borba Filho). E assim por diante. Jamais fizemos distinção nêsse sentido e até achamos que a força da criação popular, melhor condicionada em certas situações, consegue transpor a barreira artificial, supostamente fática, e vai competir com a criação chamada erudita. Tal foi o caso notável do jazz norte-americano, hoje a verdadeira música dos Estados Unidos, que superou os padrões europeus, e o caso também das danças folclóricas dos países euro-orientais, hoje o ballet mais legítimo dêsses países, relegando o ballet clássico a um plano de puro academismo. Não esquecer, porém, que êsses casos de exceção trazem as vezes problemas complexos a serem resolvidos. Assim por exemplo o requinte excessivo das formas jazísticas atuais que criam, como disse o grande músico e regente Leonard Bernstein, a verdadeira música erudita americana, trazem o problema da manutenção de suas mais autênticas origens populares. Além dêsse há ainda o problema do consumo: até que ponto se pode considerar popular uma arte que vinda do povo se requinta em tal escala de complexidade que passa a ser consumida apenas por um pequeno grupo de aficionados? Tais problemas começam a atingir agora também a nossa música popular com as novas formas de bossa nova: o inautêntico e o sofisticado que nelas possam existir exercem a função massificadora e se dirigem diretamente ao público médio-burguês de mentalidade fácil, enquanto que o excelente como inovação formal tende a dissolver-se em influências ja-

zística, abstratizantes, e se dirige portanto àquele mesmo pequeno grupo de afeccionados.

É preciso notar que toda essa problemática não se coloca em um âmbito puramente estético, mas também no âmbito sociológico. Pode-se indagar até que ponto uma solução estética equilibrada conseguirá ser adequada a um sistema social desequilibrado. Por esse crivo terá de passar toda questão estética do nosso tempo: como fazer arte consumível em larga escala sem a falsificação do produto pré-fabricado, isto é, mantendo-se a autenticidade do impulso criador original do artista, sendo ele um ser imerso em uma situação sócio-econômica determinada? Para nós um tal problema chega a ser quase o da quadratura do círculo. A não ser que seja possível uma outra colocação mais exata. Mas acreditamos que, por insuficientes que sejam os resultados, sempre será melhor a solução espontaneamente gerada, dentro da relativa liberdade criadora de que o artista dispõe em um regime de desequilíbrio social, à pré-fabricação das soluções — o que significaria instaurar a inautenticidade no campo estético. E não podemos crer que uma solução estética falsa possa corresponder a um conteúdo existencial verdadeiro. Se não dizemos conteúdo ideológico é porque não esquecemos o problema das ideologias equivocadas. Empregamos assim o termo *existencial* como uma categoria mais ampla que pode abranger as mais diversas posições ideológicas, que são suscetíveis de debate. Com isso excluímos o enquadramento como “posição ideológica” da mera rapinagem econô-

mica ou do mero fanatismo de qualquer ordem.

Não vamos debater aqui essas questões, passando a considerar como deve ser encarada a questão da participação cultural dos diversos grupos que compõem de fato a sociedade em que vivemos.

II

Antes de tudo consideramos que é absolutamente errôneo que se encare a cultura popular como uma espécie de fetiche, algo sagrado em que não se pode tocar, nem se especular sobre a sua verdade. É tão errôneo quanto o endeusamento da Cultura com C grande, que leva à adoração cega das tradições greco-latinas e do mundo da cultura ocidental, principalmente européia, gerando a incompreensão pelo que se faz de novo no resto do mundo, se esse novo não tem sua base nas origens “nobres”. Também a cultura popular não deve ser endeusada como se fôsse uma realidade absoluta, mas deve ser vista tal como é, produto de uma determinada situação existencial, mais ou menos dentro de um processo de transitoriedade. Além disso faz-se mister não torná-la simples objeto de gosto exótico, convertê-la em algo interessantemente típico para a distração dos intelectuais de elite e em matéria de especulações ociosas, como o faz certa sociologia nostálgica e patriarcal. Nessa perspectiva é que se encaixa a proteção paternalista à cultura popular que se torna “cultura popular” entre aspas. Como tantas vezes tem explicado o professor Paulo Freire em suas palestras, caracteriza-se essa atitude como uma redução ontoló-

gica, que transforma sujeito em objeto. Outra atitude paternalista é a de se querer impingir às camadas populares uma espécie de réplica de sua própria criatividade, tendo como pretexto a pura politização. E recorreremos novamente ao professor acima citado, que demonstrou cabalmente com a criação do seu método que a politização não pode ser impingida, mas tem de ser uma escolha e por isso só pode surgir após a conscientização. Esta é que de ser a preocupação central dos indivíduos de elite conscientes do problema povo e cultura: a de dar condições de escolha às camadas populares, que permanecem desinstrumentalizadas dentro de um regime de privilégios.

Para dar aqui uma idéia de quanto o I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular foi deficiente nêsse sentido, de falta de homogeneidade no plano da conceituação, diremos dos problemas suscitados por um item que constava do relatório da Subcomissão de Praças de Cultura, relativo a êsse problema politização-conscientização. A sua colocação foi tão clara quanto possível e a elaboração desse item, que é o final do relatório citado, foi feita em conjunto pelo grupo de trabalho, sem que houvesse nenhuma discordância essencial. Entretanto, ao que parece, o relator geral da *Comissão B* não conseguiu conciliar as posições críticas assumidas pelo grupo da Subcomissão de Praças de Cultura com as demais posições dos grupos de trabalho das outras seis subcomissões. A solução encontrada pelo relator foi a supressão do item, o que dificilmente se pode considerar como solução satisfatória. Na verdade a solução é escapista, ape-

nas compreensível pelo fato de que o plenário talvez não estivesse preparado para a discussão de problemas teóricos e a finalidade dêsse primeiro Encontro fôsse a colocação apenas de problemas práticos. Mas o fato é que o notável relatório da Subcomissão de Cinema foi lido na íntegra e não se pode negar que nêle havia também uma colocação de problemas teóricos. De modo que nos incluíamos a pensar que o que houve foi uma difícil harmonização das diversas posições colocadas. Não negaremos o êxito da realização dêsse primeiro Encontro, desde que reconheçamos os pontos de contacto como sendo mais numerosos do que as divergências, principalmente no terreno da praxis. Fica contudo um *talvez*, a falta de uma análise aprofundada do problema.

Infelizmente não temos em mão uma cópia dêsse relatório, com o que seria possível essa análise, pelo menos a tentativa. Adiantaríamos contudo que além dessa questão fundamental politização-conscientização, houve no mesmo outras colocações estruturadas pela equipe. Por exemplo, o problema da distinção entre cultura popular e cultura massificadora, entendendo-se por essa última a cultura de diluição feita sistematicamente pelos meios comercializados de divulgação, tais como Rádio, TV, Cinema, etc. Se é que se pode chamar isso de "cultura", é contra ela que devemos nos armar, em favor de um povo constantemente mistificado.

Ao invés de tratar dêsse trabalho fundamental, há ainda quem pense que toda cultura a que o povo não tem acesso é cultura "reacionária". Observe-mos por exemplo a colocação dêsse pro-

blema no relatório da *Comissão A* (“Alfabetização e Cultura Popular”): “É preciso ter-se consciência de que só se pode atuar no terreno cultural numa luta ideológica, em que, de um lado se encontram as classes dominantes, com sua cultura de elite, fechada; e de outro toda camada popular, que faz cultura mas desconhece o valor de sua dimensão”. Antes de mais nada não se delimita perfeitamente nesse texto o que seja “elite” e o que podemos entender como “cultura de elite”. O termo “elite” é um dos que mais se prestam a confusões, sendo muito raramente tomado no mesmo sentido por dois autores diversos. Ganha assim os mais variados matizes ideológicos. Poderíamos entender “elite” por exemplo dentro do conceito vebleniano de “classe ociosa”. Mas esse conceito já ganha, por exemplo, em Gasset, outras tonalidades: a “elite” gassetiana é uma classe de “não me toques” que se opõe à massificação. Por outro lado nós já entendemos por massificação algo inteiramente diferente do que pensava Gasset: como a desvirtuação sistemática da consciência popular. Distanciamos-nos assim do aristocratismo do espanhol, cujo fundamento era de qualquer modo econômico. Como econômico era também a noção de ociosidade que informou o estudo de Veblen. Tudo isso nos parece incompleto, insuficiente. E em matéria de terminologia o vago campo sociológico esteve sempre a mercê das interpretações pessoais. Por isso mesmo naquele texto citado do relatório o termo “elite” contém apenas uma significação pejorativa: o grupo ocioso da sociedade que detem o poder econômico e com ele o poder espiritual. Considerando que o

têrmo “ócio” tem uma pluralidade de significações que não se esgotam com uma análise puramente econômica, achamos que há também não apenas “elite” tão só, mas vários tipos de elite. Aceitemos contudo que é difícil distinguir “elite” cultural” de “elite social” (ou econômica). Concordemos que a cultura é fenômeno de superestrutura, pois isso já é um lugar comum no pensamento social moderno, amplamente influenciado pelas teses marxistas. Mas reconheçamos que ela (a cultura) não é só produto dos padrões econômicos-sociais e é também produto da liberdade individual humana. A “elite social” como poder político ou como grupo econômico é assim uma situação de fato, mas não é sempre reconhecida como legítima por todos os indivíduos que a compõem, ou do contrário como poderia haver, por exemplo, o pensamento revolucionário (mesmo o pensamento apenas crítico ou meramente utópico) que se elaborou até hoje?

O erro portanto existente naquele texto citado reside na oposição que se faz, absolutizante, entre “cultura de elite” e “cultura popular”, como se estas não fôsem parcelas, apenas divididas de fato, de uma realidade que deveria ser una. Tal colocação não resiste a mais simples análise. Não é toda “cultura de elite” que pode ser chamada de “cultura reacionária”. Esta seria a cultura conscientemente anti-progressista e nem toda cultura de elite pode ser tomada como tal. Se fôsse assim onde iríamos colocar por exemplo, a obra de Karl Marx? Certamente não podemos colocá-la dentro do campo da “cultura popular”. O exemplo vem a propósito: é de Marx aquela afirma-

ção da cultura como fenômeno de superestrutura, condicionado pelo sistema econômico. Ele não poderia entretanto negar a possibilidade de fechamento (consciente ou não-consciente da parte do criador) da estrutura social, por mais sufocante que fôsse o sistema econômico. Tal negação seria contraditória, pois assim ele estaria negando a sua própria crítica filosófica ao sistema de economia capitalista. E Marx, como se sabe, se utilizou dos instrumentos que lhe forneceu a própria cultura burguesa, inclusive a filosofia hegeliana. Marx foi um dos que abriram uma frecha na estrutura social do seu tempo, atuando dentro do seu campo de elite. Pois não se vai dizer que ele escreveu "O Capital", "A sagrada família" ou "A ideologia alemã", obras de difícil compreensão, para atuar sobre as massas proletárias.

Fique claro que Marx é aqui apenas um exemplo. Muito haveria que citar, inclusive toda a crítica de orientação marxista, desde Christopher Caudwell até George Lukács e Lucien Goldmann. O que queríamos dizer é que os próprios organizadores do *I Encontro* são gente de formação universitária, embora às vezes deficiente, e portanto fazem parte de uma "elite social", que tem os privilégios da educação. Portanto não-podem nunca fazer "cultura popular", pois ao nosso ver esta é feita pelo próprio povo, bem ou mal que o seja. Os participantes dêsse Encontro, que atuam em núcleos diversos do país, fazem mesmo "cultura de elite", embora aberta às aspirações comunitárias, incidindo principalmente naquelas camadas populares. Seria pura mistificação di-

zer o contrário. O mesmo relatório que citamos (o da *Comissão A*) acrescenta contraditoriamente a possibilidade de fechamento de que já falamos: "Nossa tarefa é aumentar o grau cultural das camadas populares, fazendo com que do encontro das duas culturas, permaneçam apenas os elementos válidos". Acreditamos que não pode haver encontro de duas culturas, se uma permanece fechada. Não se pode falar ao mesmo tempo em "oposição" e em "encontro" de culturas. Lógicamente o encontro só é realizável dentro de uma possibilidade de abertura.

Finalmente, essa abertura não só se deve dar no plano do conteúdo das obras, mas também no plano da forma, principalmente no campo da cultura artística. Por isso, no ítem final do relatório da subcomissão de Praças de Cultura, levantou-se a proposta da abertura de duas frentes, cronologicamente realizáveis: a utilização das formas tradicionais de cultura, principalmente o esclarecimento das mesmas às camadas populares e a experimentação das formas novas na medida em que estas podem ser alcançadas igualmente por todos os integrantes de uma comunidade. Um tal projeto de trabalho, concretamente proposto, teria contudo de se realizar dentro de uma perspectiva de modificação do *status* social, em uma consciência de transitoriedade e não de cristalização desse *status*. Isso até que adviesse aquela fase ideal em que os instrumentos da cultura poderiam ser postos ao alcance de todos. O que ainda está muito longe, principalmente em nossa estrutura subdesenvolvida. Resta-nos apenas colaborar para a aceleração do processo de modificação.

